

CAPÍTULO 4

Diálogos interculturais  
dos povos indígenas e  
comunidades tradicionais  
do Território Sertão do  
São Francisco Baiano e  
Pernambucano

Fabrizio Bianchini  
Paola Cortez Bianchini  
Priscila Helena Machado  
Tiago Pereira da Costa  
Sônia Ribeiro Abike  
Rebeca Mascarenhas Fonseca Barreto

A Pedagogia Griô foi a corrente pedagógica adotada pelo projeto Pedagógico para o trabalho de construção de materiais multimídias com enfoque na agroecologia. Jovens de vários estados e territórios do Nordeste mergulharam nos seus conceitos e práticas, que trazem a ancestralidade e a identidade local como um de seus mais importantes elementos para a revitalização de saberes e conhecimentos tradicionais que garantam a consciência comunitária e um projeto de vida em comunidade, além do reconhecimento e da sustentabilidade dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais.

Neste capítulo, as quatro experiências descritas – 1) a construção coletiva do plano de vida do povo indígena Atikum da Terra Indígena Jurema, em Petrolina, PE; 2) oficina de comunicação popular Arte&Cultura&Educação da Escola Família Agrícola de Sobradinho, BA; 3) novembro negro: mês de reflexão e desconstrução do preconceito e o racismo; e 4) a Pedagogia Griô como estratégia educacional no ensino e extensão da etnobiologia – representam a aplicação prática da Pedagogia Griô para a construção de diálogos interculturais, da diversidade sociocultural do Território Sertão do São Francisco Baiano e Pernambucano (TSSF). Elas fazem parte das ações e dos projetos executados pelo Núcleo de Agroecologia da Embrapa Semiárido em parceria com o Núcleo de Agroecologia da Embrapa Algodão, pela Escola Família Agrícola de Sobradinho, BA, Prefeitura Municipal de Santa Maria da Boa Vista, PE, e Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Os trabalhos, descritos a seguir, têm como público participante as comunidades tradicionais do TSSF, como o povo indígena Atikum, da Terra Indígena Jurema, localizada no município de Petrolina, PE; os jovens das comunidades tradicionais Fundo e Fecho de Pasto, que são estudantes da Escola Família Agrícola de Sobradinho, BA; e as comunidades quilombolas do município de Santa Maria da Boa Vista, PE. Os agroecossistemas

manejados nos territórios historicamente ocupados por essas comunidades representam modelos bioculturais distintos, que preservam, estrategicamente, extensas áreas de Caatinga, a partir de acordos de uso coletivo dos recursos naturais e da biodiversidade pelas famílias.

## *A construção coletiva do plano de vida do povo indígena Atikum da Terra Indígena Jurema, em Petrolina, PE*

Com a extinção de cada grupo indígena, o mundo perde milhares de anos de conhecimento acumulado sobre a vida e a adaptação em ecossistemas tropicais. [...] A marcha do desenvolvimento não pode esperar muito tempo para descobrir o que se está prestes a destruir (Ribeiro, 1987, p. 15-16).

O povo indígena Atikum, da Terra Indígena Jurema, tem aproximadamente 30 famílias, em torno de 150 pessoas, entre jovens, adultos e idosos. Essa comunidade vive, desde 1919, em uma área de sequeiro de 225 hectares, às margens do Rio Pontal em Petrolina, PE; e seu território tradicional foi reconhecido pelo estado brasileiro, por meio da autodeclaração da comunidade, apenas no ano de 2017. As principais atividades agropecuárias manejadas no seu agroecossistema são: a) a criação de pequenos animais como caprinos, ovinos, suínos e aves; b) o policultivo em roçados (milho, feijão, abóbora e melancia); c) os quintais produtivos, com hortaliças, plantas frutíferas, medicinais e ornamentais; e d) o extrativismo de espécies

nativas da Caatinga, como o umbuzeiro (*Spondias tuberosa* L.), o maracujá da Caatinga (*Passiflora cincinnata*), a faveleira (*Cnidocolus phyllacanthus* (Mart.) Pax et K. Hoffm.), o xique-xique (*Pilocereus gounellei* (A. Weber ex K. Schum.) Bly. ex Rowl.) e as abelhas melíponas. Essas atividades representam a segurança alimentar e nutricional das famílias e a geração de renda com a comercialização do excedente em uma feira agroecológica realizada no município de Lagoa Grande, PE. Outras fontes de renda econômica das famílias são a produção de artesanatos, os benefícios sociais da aposentadoria rural e do Bolsa Família e trabalhos esporádicos na construção civil e nas fazendas de fruticultura irrigada da região.

Com o objetivo de apoiar o processo de organização do povo indígena Atikum, foi realizado um curso de formação para as lideranças da comunidade sobre metodologias para a construção coletiva de planos de vida comunitários. O curso foi moderado pelo pesquisador José de Souza Silva, do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Algodão, durante o período de 23 a 30 de novembro de 2018.

Historicamente, projetos de “desenvolvimento de comunidades” são “tecnicamente” impostos, sem que as comunidades rurais participem de sua concepção, para influenciar aspectos do futuro que lhes interessa. No Semiárido Brasileiro, um experimento social metodológico foi realizado pelo Núcleo de Agroecologia da Embrapa Algodão (2015–2018) para desenvolver uma metodologia promotora da autonomia de comunidades rurais na reconstrução histórica de seu Modo de Vida Rural, avaliação crítica do estado atual desse modo de vida e proposição prospectiva do futuro desejado. No processo, a comunidade constrói o seu Bem Viver rural, imaginando-se, em 2030, uma comunidade feliz com um modo de vida comunitário sustentável. (Silva, 2018, p. 3).

O percurso metodológico do curso foi conduzido em diferentes momentos de aprendizagem; estes são destinados inicialmente à construção e afirmação da identidade da comunidade, até que sejam estabelecidos os valores e as atitudes estratégicas para a elaboração do plano de vida comunitário. Durante a realização do curso, foram aplicados diversos elementos da Pedagogia Griô, como a apresentação simbólica da cultura material e imaterial da comunidade, por meio de peças de artesanato e utensílios do seu passado e presente, da apresentação do toré, que foi conduzido pelas pajés e lideranças. E, ao final da oficina, houve a consagração da Jurema e a apresentação de cantos e danças tradicionais do toré, congo e reisado.

O momento inicial da oficina aconteceu com a apresentação das memórias do processo histórico da comunidade, seguida de uma reflexão e abordagem oral sobre o seu passado, a partir da seguinte questão: De onde viemos como comunidade?

Essa reconstrução histórica da origem da comunidade foi relatada pela anciã Priscila Pereira da Silva:

Nossos avós, tios e tias, mãe e pai já faleceram nessa terra, nós somos bisnetos, netos e filhos dos Atikuns, nossas famílias levam os nomes dos Anjos, Conceição, Silva e Pereira. Nossa tradição é o toré e a jurema, fomos criados comendo peixe, xique-xique, marí, aguapé, umbu, carne de caça, mel silvestre, sementes de faveleira, cuca de maniçoba, cuca de umburuçu, paçoca de umbu, juá, coroa de frade, mandacaru, araticum, beiju... a água era dos lajedos, a luz era murrão de cera de abelha nativa ou banha de peixe. Na minha infância não vestia roupas, apenas fibra de caroá e dormíamos em esteiras. Nossas ancestrais viveram por muito tempo fugindo para não serem estupradas e mortas por nada. Hoje vivemos em 30 famílias, aproximadamente 150 índios na terra herdada de nossas avós (comunicação pessoal)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Relato de Priscila Pereira da Silva, pajé Atikum, na oficina de plano de vida comunitário, em 26 de nov. de 2018.

O segundo momento foi dedicado à representação crítica do presente comunitário, a partir de reflexões suscitadas pela questão: Quem somos como comunidade? A cacique e liderança da comunidade, Gracilda Pereira, apresentou uma síntese das conquistas mais importantes da comunidade nos últimos anos e os principais desafios que ainda devem ser alcançados.

Como foi apresentado pela nossa pajé Priscila, a história de nossos antepassados foi de muita dificuldade, mal tínhamos o que comer, nossas casas eram todas de taipa, não tínhamos sequer acesso à água. Mas nos últimos anos comecei a reivindicar apoio junto ao poder público, como o acesso à água potável para consumo doméstico nas casas das famílias, à eletrificação rural, estruturas de água para produção (cisternas e barreiros para captação e armazenamento da água da chuva), transporte escolar, assistência técnica [...] felizmente estamos conseguindo avançar com as parcerias junto aos poderes públicos municipais, estaduais e federais, além do apoio das universidades e organizações de Ater. Hoje nossa associação é convidada para participar de diferentes colegiados e câmaras temáticas para planejamento e execução das políticas públicas, onde apresentamos as principais demandas e necessidades da nossa comunidade, seja na área de saúde, educação ou produção e recentemente iniciamos o processo de identificação de nossa terra indígena tradicionalmente ocupada junto a Funai (comunicação pessoal)<sup>2</sup>.

O terceiro momento foi destinado para a representação prospectiva do futuro comunitário, que surge como um esforço coletivo comprometido com a felicidade e a sustentabilidade do seu modo de vida. Para onde vamos (como queremos ser/estar, o que queremos ser/ter) como comunidade? A reflexão sobre o futuro da comunidade foi apresentada por Rosely

---

<sup>2</sup> Relato de Gracilda Pereira, cacique Atikum, na oficina de plano de vida comunitário, em 26 de nov. de 2018.

Camila Pereira Silva, uma jovem que ressaltou a importância de envolver a juventude e dar a ela oportunidade tanto no acesso à educação e como na realização de intercâmbios para que os jovens se preparem para as responsabilidades do futuro, também reforçou a importância da valorização da cultura e dos conhecimentos tradicionais dos mais antigos da comunidade.

Os momentos seguintes do percurso metodológico abordaram o conceito do presente como futuro do passado e o conceito do presente como o passado do futuro, a partir dos quais se verifica que não é possível alterar o presente porque não se pode modificar o passado, mas que é possível alterar o futuro pelas escolhas e decisões tomadas no presente. Essa reflexão resultou na identificação do processo histórico da transformação comunitária, por meio do qual o presente emergiu como consequência de um conjunto de ações cometidas no passado e que, na sua maioria, foram conflitantes com os valores, interesses, direitos e sonhos locais. Os processos futuros da transformação comunitária podem e devem emergir dos princípios e valores orientadores do atual presente, capazes de superar os problemas atuais e preparar para os desafios futuros. Dessa forma, a comunidade é capaz de conduzir e protagonizar ações previstas em um plano de vida comunitário.

Os resultados finais da oficina indicaram as ações e estratégias que devem fazer parte do plano de vida comunitário da comunidade indígena Atikum. Entre os pontos sistematizados estão: a) o fortalecimento das atividades e ações já desempenhadas comunitariamente, como o respeito entre as famílias e a gestão coletiva e familiar do território; b) a representatividade da associação como espaço de união da comunidade; c) a agroecologia como princípio para garantir a autonomia da segurança alimentar e nutricional das famílias; d) a revitalização cultural por meio das festas, artesanato, culinária, sementes e raças crioulas e a valorização dos conhecimentos e saberes dos antigos; e

e) fortalecimento das parcerias e garantia do acesso às políticas públicas de segurança hídrica, Ater, habitação, saúde e educação, principalmente do acesso dos jovens ao ensino superior.

## Oficina de comunicação popular Arte&Cultura&Educação da Escola Família Agrícola de Sobradinho, BA

A realização da oficina Arte&Cultura&Educação para a juventude rural da Escola Família Agrícola de Sobradinho mobilizou e integrou ações de três diferentes projetos da Embrapa: Refaisa, Pedagroeco e Bem Diverso<sup>3</sup>. Aliando as bases conceituais e científicas interdisciplinares que constituem o escopo de cada um dos projetos aos princípios e práticas da Pedagogia da Alternância e da Pedagogia Griô, a oficina buscou inspirar os jovens estudantes da Escola Família Agrícola de Sobradinho a narrarem suas histórias e evidenciar sua cultura a partir do seu olhar enquanto sujeito coletivo; e a elaborarem materiais didáticos artísticos e autorais cujos temas foram trabalhados no plano de estudos da escola e nas atividades em parceria com a Embrapa Semiárido, tais como fruticultura de sequeiro, agrobiodiversidade, agroecologia e convivência com o Semiárido.

---

<sup>3</sup> O projeto Refaisa é um projeto do Sistema Embrapa de Gestão (SEG) em parceria com a Rede de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido. O projeto Pedagroeco também é um projeto SEG que mobilizou uma grande rede de parceiros da Embrapa no Nordeste. O projeto Bem Diverso é um projeto da Embrapa financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e implementado no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), focado na conservação pelo uso da biodiversidade nos biomas Caatinga, Cerrado e Amazônia.

Com duração total de 24 horas divididas em dois módulos, sendo o primeiro com 16 horas e o segundo com 8 horas de duração, a oficina apresentou e trabalhou dez diferentes linguagens artísticas e de comunicação popular com os estudantes da escola: desenho, hip hop, facilitação gráfica, xilogravura, cordel, grafite, fotografia, produção de vídeo, produção textual e contação de histórias. Cada linguagem foi trabalhada por um artista e/ou comunicador popular (facilitador). A culminância da oficina se deu com a *Mostra Arte&Cultura&Educação*, na própria escola, onde todas as produções foram apresentadas.

A Escola Família Agrícola de Sobradinho (Efas) surgiu em 1990, após a construção da barragem do lago de Sobradinho, como forma de organização das comunidades rurais que viviam em situações precárias e sem acesso a direitos básicos, como saúde e educação, em um contexto caótico. A escola, em seus 29 anos de existência, vem ofertando a educação contextualizada no/do campo, por meio da Pedagogia da Alternância nas modalidades da Educação Básica do Fundamental II (6º ao 9º ano) e da Educação Profissional, com o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (1º ao 4º ano), com gestão comunitária via associação de famílias<sup>4</sup> e fomento público, com recursos estaduais. A Pedagogia da Alternância possui quatro pilares fundamentais que se articulam para a formação humana: formação integral (projeto de vida humanístico); desenvolvimento do meio (das comunidades como um todo); alternância (tempo escola e tempo comunidade com instrumentos pedagógicos específicos); e associação local (organização social e autogestão). Essa pedagogia valoriza o trabalho para contextualizar a teoria e, necessariamente, envolve as famílias e as comunidades no processo educativo.

---

<sup>4</sup> Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Sobradinho (Amefas).

Provenientes dos dez municípios do Território Sertão São Francisco, os jovens rurais que estudam na Efas são filhos e filhas de agricultores familiares indicados pelas comunidades para receber essa formação. Parte dos estudantes da escola é composta por jovens de comunidades tradicionais Fundo de Pasto, modo de vida típico do Semiárido baiano, que alia o uso e a conservação da biodiversidade com manejo de áreas coletivas e individuais, preservando extensas áreas de Caatinga para o extrativismo de umbu e maracujá da Caatinga e a criação de caprinos e ovinos.

### *O processo de criação e o olhar desde o local*

Desde a concepção da oficina foi-se construindo, entre equipe e facilitadores, as bases para um trabalho com jovens que proporcionasse um olhar para dentro, para as origens, para o local, para a cultura, para as relações familiares, sociais e as memórias afetivas. Esse olhar para dentro deveria colocar em perspectiva a formação recebida na escola, mais especificamente os temas técnicos, em conjunção com o meio real, isto é, com a comunidade, suas demandas, sua história e trajetória para estabelecer a necessária ligação entre teoria e prática, entre tradição e novidade, entre elementos das ciências humanas e sociais e das agrárias.

Para responder ao desafio de elaborar materiais didáticos artísticos e autorais, isto é, produzidos pelos próprios estudantes e que pudessem ser utilizados com diferentes finalidades e públicos (na escola, em outras escolas da rede e nas comunidades), abordando os temas técnico-agronômicos do plano de estudos e da parceria com a Embrapa, a oficina foi se desenrolando processualmente para que os estudantes dispusessem das condições

necessárias para a escolha e o desenvolvimento da linguagem artística e/ou de comunicação popular mais adequada.

Assim, no primeiro momento da oficina, dedicado a familiarizar os estudantes às linguagens, a seus potenciais e aplicações e, para subsidiar sua escolha no desenvolvimento da atividade, buscou-se a apresentação de cada linguagem, pelos facilitadores, por meio da metodologia participativa conhecida como Carrossel, em instalações pedagógicas construídas com elementos que configurassem a linguagem de forma atrativa, colorida e inspiradora. Os estudantes da escola puderam conhecer cada uma das linguagens, optando, por ordem de preferência, por até três delas. As turmas de cada oficina foram definidas pela distribuição dos estudantes de acordo com sua ordem de preferência e quantidade de vagas. Cada oficina recebeu cerca de dez estudantes, entre 13 e 29 anos.

Os facilitadores foram orientados, com base na Pedagogia Griô, a iniciar as atividades fortalecendo o vínculo afetivo e cultural, e reconhecendo os símbolos identitários do território, com base em elementos do local de origem e nas tradições orais que remetessem à memória da sua ancestralidade (avô, bisavô). Após essa etapa de encantamento, vivência e diálogo, foram realizadas produções partilhadas abordando os conteúdos em linguagens diversas propostas em cada oficina, inicialmente os temas relacionados à linguagem (técnicas e materiais, entre outros) e, posteriormente, os temas técnicos que compõem o plano de estudo da escola e a parceria com a Embrapa Semiárido, por meio do núcleo de agroecologia, tais como: biodiversidade da Caatinga, fruticultura de sequeiro (cultivo de umbuzeiro e maracujá da Caatinga), uso e conservação da agrobiodiversidade, agroecologia e convivência com o Semiárido. Cada linguagem adotou metodologia própria que envolveu teoria e prática. Esse segundo momento da oficina teve duração de 12 horas.

Entre os dois módulos da oficina houve um “tempo comunidade”, que contribuiu para enriquecer as pesquisas dos estudantes sobre os temas técnicos e sobre as linguagens e para ampliar o acervo de materiais finalizados no segundo módulo, de culminância. Nesse “tempo comunidade”, os estudantes foram orientados a buscar os elementos comunitários para completar as informações e produções que estavam em curso nas oficinas.

### *O trabalho de produção partilhada nas oficinas*

A oficina de desenho produziu peças artísticas (Figura 1) utilizando técnicas de aquarela, das espécies-chaves do bioma Caatinga, como maracujá da Caatinga, mandacaru e umbuzeiro. A manifestação musical do movimento hip hop foi inspiração para criação de um rap sobre agrobiodiversidade, gênero, injustiças com o jovem de escola rural. Uma das inscrites fez questão de apresentar-se (Figura 2) como rapper no momento da mostra cultural, levando sua mensagem a todos da escola e comunidades. Com letra e música produzidas durante a oficina, contagiou os demais estudantes da escola e virou hit logo na primeira apresentação.

A oficina de grafite (Figura 3) discutiu a comunidade dos sonhos, com todas as tecnologias necessárias para manter a Caatinga em pé, com foco não intencional, mais compreendido na leitura final da produção, em que se demonstra uma comunidade tradicional de Fundo de Pasto que guarda valores de sustentabilidade e companheirismo. Grafitaram um muro da escola e um pano de algodão cru de 2 m x 2 m, para ser utilizado em outros locais, durante as aulas de campo.

Foto: Carlaise Freitas Gomes



**Figura 1.** Painel com os desenhos produzidos na oficina de desenho.

Foto: Carlaise Freitas Gomes



**Figura 2.** Momento da apresentação de Thais Cardoso Silva, jovem da Escola Família Agrícola de Sobradinho.



**Figura 3.** Oficina de grafite: arte estampada no muro da escola.

A oficina de fotografia buscou olhar para as práticas agroecológicas que são realizadas na escola, como cultivo de hortas, preservação de plantas nativas, conservação de banco de sementes, valorizando o bioma e a relação com pessoas (Figuras 4A e 4B). Na produção de vídeo, registrou-se o processo de produção de uma muda do umbuzeiro (enxertia), planta tão estimada no sertão e de difícil germinação por semente. A oficina de cordel e xilogravura produziu cordéis e desenhos com foco na agrobiodiversidade e enfatizou o banco de sementes crioulas da escola (Figura 5).

A oficina de facilitação gráfica produziu painéis com anúncios e denúncias da escola, a partir das metáforas visuais, utilizando desenhos e palavras combinadas. A oficina de produção de texto produziu transcrições de textos técnicos para uma linguagem mais acessível a diferentes públicos. Os textos produzidos vão compor o produto final, com todas as práticas agroecológicas trabalhadas. A oficina de contação de histórias

Foto: Adrielle Soares



Foto: Ester Costa



**Figura 4.** Oficina de fotografia: relação do bioma Caatinga com as pessoas (A);  
palmatória do viveiro da escola (B).



Foto: Ester Costa

**Figura 5. Oficina de cordel e xilogravura na mostra final de resultados.**

foi um dos momentos mais emocionantes, pois, por meio da oralidade tradicional e da criação de cenas inspiradas nos modos de vida, nos trouxe um pouco da história das comunidades representadas nas Efas. Com música e figurino, os jovens puderam despertar toda a emoção de fazer parte de uma comunidade tradicional no Semiárido brasileiro.

### *O que podemos aprender e vivenciar*

Todo o processo da oficina teve sua culminância na *Mostra Arte&Cultura&Educação*, em que os estudantes apresentaram as produções de cada uma das oficinas. Todos os momentos da oficina foram filmados para produção de um vídeo. Os/as estudantes demonstraram gratidão em ter vivenciado esses momentos e apresentaram seus produtos, com um nível bem elevado de motivação e compromisso, e muita habilidade no uso das linguagens trabalhadas.

O protagonismo da juventude esteve presente em todas as linguagens artísticas e de comunicação popular. O interesse

dos estudantes os dispôs ao envolvimento nas atividades, o que proporcionou dias intensos e motivadores para a vida e laços tradicionais entre escola e comunidade. Toda a comunidade da Escola Família Agrícola de Sobradinho se aprofundou nas atividades, os/as professores e monitores/as acompanharam todas as oficinas. Ao todo, havia cerca de cem pessoas envolvidas ativamente nessa bela construção.

Os frutos das oficinas vão compor um fichário didático, pedagógico e autoral, com o olhar partindo da juventude rural por meio da Pedagogia Griô e da educação contextualizada no campo, de modo a serem referência e instrumento pedagógico no processo de escolarização e formação para e na vida.

## Novembro negro: mês de reflexão e desconstrução de preconceito e racismo

Eu queria cantar como negro  
Eu queria dançar como negro  
Eu queria rezar como negra  
Eu queria que a minha cultura fosse a negra  
Eu queria ter conhecido a história da África  
Mas me ensinaram a história dos brancos  
A rezar como Branco  
Cantar como Branco  
Me vestir como Branco  
E AGORA!!!!  
Quem sou eu nem branca nem preta.  
Quem sou eu não sou culpada de ser assim.  
Me ensinaram assim.

*Maria do Serrote, setembro/2011  
(Quilombola e Dançante do Reisado no Quilombo do Serrote).*

Este tópico do capítulo apresenta os caminhos que as populações negras de Santa Maria da Boa Vista, PE, percorreram e ainda percorrem a fim de auto-organizar suas vidas, rebuscar a autoestima e suas identidades, negadas no período da escravização e subtraídas após abolição, bem como enxergar o processo de organização dos negros(as), para revitalizar suas culturas e o sagrado como elementos de agregação e recriação dos territórios. Essa busca é importante para discutir a tradição, a memória e a história social, cultural, política e econômica, reelaborar a memória coletiva para além do espaço geográfico, espaços esses que chamaremos de microterritórios negros (quilombos, terreiros, irmandades, clubes sociais). Esses caminhos são revisitados e apresentados no espaço de formação e conhecimento organizado no mês de novembro, intitulado *Novembro negro*.

### Contexto

A cidade de Santa Maria da Boa Vista, situada no sertão de Pernambuco, conta com uma população de aproximadamente 44 mil habitantes, divididos em áreas rurais e urbanas. Toda essa população vive basicamente da agropecuária, do serviço público, do pequeno comércio e da pesca. A população é composta por negros e mestiços. Os mais claros, autodeclarados brancos, definem a vida socioeconômica e política do município, deixando nítidos os lugares das negras e dos negros (chamados morenos e morenas) no cenário social da cidade.

O município tem índices de desigualdade social nos diferentes aspectos, seja de informação, cultura e lazer, seja de trabalho e renda. As dificuldades de geração de renda levam inúmeros jovens a migrarem para o Sul do País em busca de outras oportunidades. A zona rural e os bairros mais pobres da

cidade têm uma forte presença de negritude, que vive em abandono social e com a constante negação de suas identidades.

Atualmente, o município possui quatro comunidades quilombolas com certificação, e outras cinco em processo de reconhecimento. Esse processo de auto-organização e promoção de identidade territorial e étnica tem despertado nas populações negras um sentimento de pertencimento ao local.

Dentro desse cenário de busca de autonomia da população negra estão os movimentos culturais, que trabalham a valorização da cultura viva e popular e buscam incluir essa população marginalizada do município. Novembro é o mês de reflexão sociorracial, quando acontecem as atividades em alusão ao mês da Consciência Negra em todas as regiões do País, momento de debate sobre a cultura negra, por meio de palestras e de valoração da estética negra em teatro de rua e apresentação da cultura local (batuque, reisado e São Gonçalo). Além dessas atividades, realiza-se o concurso da Miss Consciência Negra, que traz a beleza das meninas negras como potência estética, e os figurinos afros e as cores como reafirmação identitária, acompanhados pelas cantigas dos orixás que têm desmitificado o processo de demonização impostos aos orixás femininos e masculinos, pela forte presença das igrejas neopentecostais na região.

O *Novembro negro*, em Santa Maria da Boa Vista, foi organizado a partir dos diferentes olhares culturais no município e movimentou-se num contexto fragmentado pelo preconceito e pelo racismo, que permitiu reaprender a luta antirracista, reconhecendo os potenciais organizativos históricos presentes nas memórias coletivas das comunidades negras e, assim, re-lendo as manifestações culturais negras como uma potência de sobrevivência e reorganização comunitária.

As forças culturais dentro dos territórios negros, recriados pela oralidade, trouxeram até os dias de hoje um legado de resistência e permanência no local. As ancestralidades dentro dos terreiros de umbanda e candomblé, as culturas dos reisados, batuques, São Gonçalo, as cantorias, as rezas, os contos orais formaram focos de preservação da negritude boavistana.

Diante desses contextos, foi organizado um movimento intelectual e cultural de mulheres negras em parceria com as comunidades quilombolas e outras culturas populares, que incluiu a proposta de cultura viva do Movimento Armorial Catraia do Cari (Catraia Barco Velho), que surgiu em 2005, enquanto coletivo que se propõe a discutir e suprir a falta de expressões culturais e de lazer no município da região do sertão do São Francisco.

Em articulação, enquanto coletivo, as (os) artistas, produtores e intelectuais do município passaram a pensar e possibilitar alternativas socioculturais, que visem suprir a falta de expressões culturais e de lazer, o que ocasiona a jovens e adultos a via da marginalidade. O grave quadro social despertou os olhares dos (as) artistas, que pensaram na integração das culturas populares e na transformação das praças e de outros espaços públicos de lazer em palcos livres para a realização de show de calouros nas diversas linguagens, para dar voz a expressões dos grupos marginalizados e expulsos das culturas socialmente aceitas do município. A ideia do coletivo de aliar os conhecimentos e as expressões artísticas aos espaços públicos para dar vida sociocultural a esses locais faz surgir, dessa forma, a iniciativa musical popular Catraia do Cari.

A interpretação e utilização do termo Catraia pelos artistas têm como objetivo rememorar as manifestações das culturas afro, indígenas e sertanejas, esquecidas pelos poderes públicos locais. O termo retoma o Acari/Cari, peixe negro lendário do Rio

São Francisco, lembrado pelo seu extermínio, traz também o ideário de preservação retratado nas poesias que possibilitam o respeito à fauna e flora, a discussão acerca da devastação da calha do Velho Chico e as relações com o bioma Caatinga.

O palco cultural negro da Catraia torna-se espaço de discussões sobre temas recorrentes das culturas vivas e de produção das atividades decorrentes do mês da Consciência Negra, que agrega o concurso da Miss Consciência Negra do município. Esse concurso tem o objetivo de promover a autoestima e identidade das mulheres e das populações negras em geral. Diante desse contexto, a municipalização dos conhecimentos afro-brasileiros recria uma multiplicidade de símbolos. E, assim, as ancestralidades pretas estão sendo recuperadas e reconhecidas, e o poder público municipal em 2012 reconhece a luta e institui o dia 20 de novembro como feriado municipal.

O movimento negro social e cultural da Catraia contribui com palestras para auto-organização comunitária e geração de renda complementar nas comunidades negras urbanas e rurais. Além disso, possibilita os debates, promove atividades para o Dia Internacional da Mulher e Dia das Mulheres Afro-caribenhas, e também ações que visam ao reconhecimento da sociedade acerca da diversidade religiosa e do meio ambiente.

Por meio das ações sociais, culturais e antirracistas, o movimento foi indicado, em 2007, para o Prêmio Cultura Viva e Popular do Ministério da Cultura, e foi agraciado com o Selo Cultura Viva, estando entre as dez iniciativas populares premiadas do País. Contando com a parceria de organismos institucionais como a Fundação Cultural Palmares, Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir), secretarias municipais, Univasf, Embrapa, ampliamos os debates e fortalecemos a nossa rede para a promoção da igualdade racial e social.

Com as vitórias alcançadas ao longo dos anos de trabalho e reconhecimento da população, o processo de luta continua, o que leva à realização, durante todo o ano, da luta antirracista que culmina no *Novembro negro*. Nesse mês, foi proporcionado um diálogo entre cultura viva popular e questões de violência física, simbólica e psicológica, com as mulheres negras. Foram realizadas palestras acerca das leis nº 10.639/2003 (Brasil, 2003) e nº 11.635/2007 (Brasil, 2007) nas escolas municipais e estaduais. A discussão também adentrou na questão do meio ambiente e da preservação do Rio São Francisco. O evento gera renda para a juventude e as mulheres negras em virtude da comercialização de produtos artesanais afros e de hortaliças orgânicas. Todos os produtos são expostos em uma feira popular que denominamos Feira Preta.

Promover e realizar o mês da Consciência Negra, no município de Santa Maria da Boa Vista, tem como objetivo valorizar as histórias de luta e organização do povo negro e suas diferentes civilizações e cosmovisões. Além disso, pretende expor a organização dos escravizados sertanejos que criaram espaços de resistência, como quilombos, terreiros, clubes sociais e irmandades, para enfrentamento dos séculos de colonização das mentes, saberes, fazeres, crenças, gostos e afetos e de cárcere dos corpos para o trabalho escravo, que promoveram o enriquecimento ilícito dos colonizadores portugueses e suas gerações. E esses até hoje promovem o extermínio em massa do povo preto, por meio de estratégias alienadoras, classistas, racistas, eurocêtricas e etnocêtricas, que aprisionam a subjetividade dos descendentes de africanos.

Após 132 anos da fictícia abolição, o preconceito e o racismo ainda definem o lugar de pretos e brancos na sociedade brasileira, sobretudo em Santa Maria da Boa Vista. Compreender a escravização e suas consequências é de suma importância para a descolonização das mentes do povo negro,

no sentido de buscar o enfrentamento dentro dos campos de poder em que o racismo estrutural atua como agente ativo na produção de estratégias para sua permanência. No entanto, revisar a história do Brasil implica mostrar a verdadeira história do povo preto e obrigar o Estado, em suas diferentes dimensões, reconhecer o papel social, político, econômico e cultural que os descendentes de africanos construíram para o Brasil.

A ausência de um debate profundo sobre a produção histórica das desigualdades na sociedade brasileira demonstra as estratégias dos campos de poder de invisibilizar as perversidades que o racismo provoca e de promover as violações de direitos da população negra. Para adotarmos políticas públicas e políticas afirmativas específicas, precisamos compreender o papel das instituições na reprodução do preconceito e do racismo.

A revisão da nossa história cobra das instituições de ensino a aplicação da Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003). Assim, será contada a história dos povos africanos e afro-brasileiros e suas manifestações, em diferentes dimensões, como costumes e crenças, aliados à cultura, religiosidade, educação e geração de renda como projeto de promoção social, econômico e cultural.

## Recontando a história

O projeto do movimento de negras e negros objetiva recontar, por meio de conversas, palestras, seminários e oficinas, as lutas organizadas do povo negro no período escravista e pós-abolição. Esse recontar está presente no cotidiano de lutas das comunidades de quilombos, terreiros e organizações negras, que, durante o ano todo, trabalham em escolas e comunidades a luta antirracista e trazem para o *Novembro negro* a culminância de todo o trabalho realizado durante o ano.

Os movimentos entendem que o racismo estrutural legitima sua permanência pelo racismo institucional. Assim, é preciso enfrentar, em todos os espaços institucionais e sociais, o preconceito e o racismo, principais agentes de desigualdades entre negros e brancos. Sabemos que o ritmo da redução das desigualdades é muito lento, por isso, criar espaços propositivos é de suma importância. A Semana da Consciência Negra se constitui como um projeto de reintegração das identidades negras no contexto sociocultural, econômico e religioso do município de Santa Maria da Boa Vista, e embasa a implementação de políticas públicas específicas em todas as áreas sociais, seja na saúde, na assistência social e na cultura, seja na agricultura e meio ambiente. Promove também discussões sobre educação afro-brasileira, no sentido de incluir, nos currículos das escolas municipais, estaduais e privadas, as leis nº 10.639/2003 (Brasil, 2003) e nº 11.645/2008 (Brasil, 2008).

A inclusão dessas leis trabalha a memória, a tradição e a história como autoconhecimento, promove a autoestima, revaloriza os costumes, as crenças, as culturas populares e vivas, os saberes, os fazeres e os falares como patrimônio material e imaterial. Dá relevância às culturas afros do local, como demarcação territorial, organizacional, geracional e educacional. Já, o desfile da Miss Consciência Negra trabalha a estética afro, com a reconstrução da identidade, valorando a corporeidade como projeto de autovalorização e promoção de saúde social e mental.

## A Pedagogia Griô como estratégia educacional no ensino e extensão da etnobiologia

*O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente. (Bâ, 2010, p. 174).*

Diante do cenário de desigualdades sociais, torna-se central contrapor e questionar o pensamento dominante de uma educação hegemônica e colonizadora, arena em que a ideia central do dominado se insere. Antes das invasões ao continente africano e americano, a maioria dos povos fazia uso da oralidade como forma de registro e difusão de conhecimentos, heranças, histórias, mitos e cosmologias deixados pelos antepassados. Assim, filósofos e intelectuais ocidentais, tais como Hegel e Kant, utilizaram da ausência da escrita, a forma hegemônica de registro, como justificativa para as invasões, a dominação e todas as demais formas de violência contra esses povos, uma vez que esses eram considerados ágrafos, atrasados e sem história. Ainda que os povos dominados, ricos em cultura, tecnologias e tradições, tenham criado estratégias de sobrevivência à extinção e exploração, eles foram não apenas dizimados, mas silenciados, criminalizados e, sobretudo, colocados à margem da sociedade para o esquecimento (Lima; Costa, 2016).

O silenciamento trouxe, como consequência, para seus descendentes, entre outros males, a vergonha de seu local de origem, o horror à tradição e o desconhecimento dos seus an-

tepassados. Nesse contexto, utilizar estratégias educacionais, formais ou não formais, que resgatem a ancestralidade, faz com que gerações de povos e comunidades tradicionais se empoderem de suas raízes, do seu lugar de fala e de sua representatividade na sociedade. Entre essas pedagogias, a Pedagogia Griô (Pacheco, 2006, 2016) traz o resgate do ancestral, da figura do mais velho e da valorização da vida em comunidade como seus pilares centrais, reconfigurando os saberes formais a partir da inserção, nessa construção, do conhecimento dos saberes tradicionais. Esse resgate, então, faz com que as novas gerações de jovens e crianças (re)conheçam sua história, se empoderem e se orgulhem dela.

Essa abordagem pedagógica torna-se fundamental no contexto de um país onde as comunidades e povos tradicionais, que apresentam uma diversidade biocultural alicerçada em modos não hegemônicos de conhecimento, ainda precisam lutar por reconhecimento e valorização. Desse modo, este relato traz uma descrição do uso da Pedagogia Griô no ensino e na extensão em experiências realizadas durante quatro semestres na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), na Bahia, pelo Grupo de Estudos em Análise de Modelagem, Etnobiologia, Ecologia e Ecofeminismos (Geames). A ideia de utilizar esta forma de ensino foi tomada a partir do curso de formação em Pedagogia Griô, apoiado pelo Pedagógico, a fim de aplicar os métodos aprendidos durante o curso. Os temas da aula modelo foram ancestralidade e história de vida, os quais são abordados de modo simultâneo dentro da aula griô.

### *<sup>16</sup> O que é o método história de vida*

As histórias de vida representam ferramentas de historicidade em que o indivíduo trabalha sua vida ao oralizá-la (Gaulejac, 1996). Assim, a metodologia de história de vida parte

da premissa de que o conhecimento sobre o sujeito só pode ser interpretado e contado por ele, a partir da reconstrução de fatos passados. Nesse processo metodológico, pesquisadores e extensionistas escutam trajetórias de vida e descrevem-nas, anotando e pontuando partes principais ou gravando toda oralidade com uso de gravador de voz e/ou vídeo. Depois desse momento, cabe então ao ouvinte interpretar a memória que foi ali exposta pela oralidade. Histórias de vida permitem recuperar o passado, reconstruindo-o a partir da história oral, a fim de reencontrar um tempo/momento perdido e reestruturar memórias que estavam guardadas nas profundezas do ser (Gaulejac, 1996). Além disso, fazem com que o sujeito sustente o presente pela história incorporada, pela forma com a qual esse passado atua sobre ele hoje, compreendendo que o presente é o futuro do passado e que o passado é o futuro do presente nele (Silva, 2013). Assim, as histórias de vida podem possibilitar a abertura de novas interpretações e elaborações, tanto do vivido quanto do vivido pelas gerações anteriores, ou do não vivido (Gaulejac, 1996).

Assim, é importante que pesquisadores e extensionistas em etnobiologia conheçam, trabalhem e oralizem as suas próprias histórias de vida, a fim de compreender as memórias de vida de outrem. Por isso, essa vivência de entender nossa história de vida, oralizá-la e apresentá-la se torna fundamental em nossas práticas de pesquisa e de extensão, pois, como vou entender histórias de vidas que me são desconhecidas se eu não sei contar a minha própria história?

## <sup>16</sup> O contexto da disciplina etnobiologia

As aulas na disciplina de etnobiologia da Univasf foram realizadas durante os semestres de 2017 e 2018. O planejamento didático da disciplina foi reformulado, colocando a Pedago-

gia Griô como método de ensino, a fim de estimular o jovem a entrar em contato com reflexões sobre sua ancestralidade por meio de músicas, brincadeiras e danças.

Etnobiologia é o estudo das relações e saberes de povos com relação ao meio ambiente (Posey, 1987). Muito do conhecimento tradicional se faz a partir das observações do meio natural e de testes não formais. Esses saberes são passados entre gerações pela tradição oral, e os mais velhos são os principais responsáveis por essa passagem (Diegues; Arruda, 2001). Entretanto, a educação formal não coloca a ancestralidade e o saber tradicional como centro em sua pedagogia, e, com isso, faz com que uma disciplina com viés contra-hegemônico, como a etnobiologia, seja inserida dentro da educação formal de forma mecânica e limitadora.

Para propor uma estratégia diferente de construção dos conteúdos disciplinares da etnobiologia, no contexto do Semiárido do Nordeste, este relato inclui os temas ancestralidade e saber tradicional como elementos fundamentais para suprir a lacuna da disciplina ministrada.

### **Plano de aula – modelo utilizado pela Pedagogia Griô**

A seguir, descrevemos um exemplo de plano de aula, que tem como temas centrais os processos dialógicos, a história de vida e saberes tradicionais, construídos a partir da Pedagogia Griô. Esse plano de aula, especificamente, foi utilizado na disciplina de etnobiologia do curso de Ciências Biológicas na Univasf, durante os quatro semestres dos anos de 2017 e 2018. Ao todo, foram 62 jovens discentes dos cursos de Ciências Biológicas, Engenharia Agrônômica e Zootecnia, matriculados na disciplina durante os 2 anos. Durante o início das atividades pedagógicas, houve um estranhamento por parte dos jovens, então acostumados a uma rotina mais cartesiana e não

participativa de aula. Entretanto, ao longo do curso, os jovens passaram a acolher a Pedagogia Griô e entender o processo pedagógico de encantamento, vivência, diálogo e construção partilhada do conhecimento que se insere nesse método. Foram gerados, como produtos dessa formação, documentários que abordam temas dos saberes tradicionais dentro de uma perspectiva etnobiológica.

**Síntese de vivência facilitada por Lillian Pacheco no curso da Pedagogia Griô para ser multiplicada nas oficinas do Pedagroeco**

**Título da aula** – Saberes, ancestralidade e a transferência do conhecimento tradicional pelas gerações: histórias de vida.

**Objetivo da aula** – Reconhecer a identidade, o vínculo com a ancestralidade e a celebração do direito à vida dos alunos de etnobiologia, por meio da vivência e contação de histórias de vida e da problematização do antagonismo entre o saber científico e o tradicional.

**Momento 1 – Encantamento**

**Roda de bênção**

**Convite:** convido vocês a trazerem à memória uma mais velha ou mais velho que tem um lugar de proteção, de cuidado, de sabedoria, de ensinamento, uma referência em sua vida. Convido que fechem os olhos e tragam a sua imagem, suas palavras, seus gestos, o seu lugar no mundo.

**Cheiro da mata:** vou circular a roda com um cheiro da mata, que eu mesma fiz, lembrando do cheiro das minhas mais velhas, minhas pretas e minhas índias ancestrais.

**Maracá:** este é o maracá que recebi dos Kiriris, um instrumento sagrado para os povos originários. As sementes tocando dentro da cabaça

materializam o mesmo som de comunicação com guias de proteção da mata, com nossas ancestrais, com nossas mais velhas e nossos mais velhos. Com esse maracá, vamos pedir a benção a essa pessoa que trouxemos à nossa memória e afirmar nossa identidade com nosso nome, de peito aberto, dizendo, por exemplo, “Eu sou Rebeca Barreto”, olhando as pessoas da roda. Depois, o maracá é circulado pela roda. Pedimos bênção e expressamos nosso nome.

(Se alguém desejar não falar, cuidar para que o grupo respeite.)

### **Aula espetáculo:** o arquétipo do griô aprendiz

Neste momento, é contada a história de vida de quem está facilitando, chamado aqui de griô aprendiz. Este deve trazer referências sobre sua ancestralidade, as mais velhas, os mais velhos e histórias contadas por eles. Essa etapa é importante na medida em que a prática de contação de histórias de vida da Pedagogia Griô integra os temas ancestralidade e conhecimento tradicional, de modo lúdico e didático.

Durante a contação da história de vida, o griô aprendiz usa símbolos, músicas, bonecos e outros elementos que desejar. No caso específico dessa aula, foi usada a preparação da tintura corporal de urucum como um conector do conhecimento tradicional. Assim, o facilitador foi contando sua história preparando uma tintura de urucum e pintando os alunos que já estavam sentados em círculo.

## **Momento 2 – Vivência**

### **1) Roda de abertura**

**Convite:** convido vocês a entrarem numa ciranda. Numa população tradicional, os cantos e as danças fazem parte de várias práticas, que vão desde a colheita dos alimentos, passando pela lavagem de roupas, à preparação da comida. A ciranda é uma prática que está permeada de significados, pois nela o movimento é semelhante ao movimento das ondas do mar, que vão e voltam pela maré.

Aqui, vamos cantar a Ciranda da Índia, que eu aprendi com Márcio Griô, também chamado de velho griô, que conheci em Lençóis. Ele aprendeu com Mãe Rosa na comunidade quilombola do Remanso.

## 2) Roda de harmonização

**Convite:** vamos agora dançar um toré, com o maracá. O toré é uma dança ritual da maior parte dos índios da América do Sul, na verdade cada povo tem um nome para esse ritual, principalmente os que ocupam áreas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. O toré chama a conexão com o chão e a ancestralidade pelo ritmo das pisadas, harmoniza o grupo com a vivência de ser coletivo, de ser um corpo só.

## 3) Roda de embalo

**Convite:** vocês agora vão se abraçar pela cintura. Numa comunidade, as crianças são geralmente cuidadas por todas as mulheres. Essa música que vou cantar é uma canção de ninar que aprendi com Lílian Pacheco, em Lençóis, que aprendeu com a griô aprendiz Luciana Meireles, que aprendeu com Val, parteira da comunidade. A música será quatro vezes cantada lentamente, e todos vão se separando da roda de embalo e deitando, vagarosamente, no chão.

*Eee mamãe, embala eu, mamãe*

*Abraça eu, mamãe, cuida de mim*

## 4) Visualização criativa de memórias das histórias de vida

**Convite:** convido vocês a deitarem no chão e fecharem os olhos. Papel e lápis são distribuídos aos alunos enquanto estão fazendo a regressão. Durante a visualização, é importante que o facilitador retorne a eventos de antes do nascimento dos estudantes, de modo a se conectarem com seus ancestrais e refletirem como eles viviam.

### Momento 3 – Diálogo

**Convite:** convido vocês a acordarem com calma, devagar. Na frente de vocês, há um papel e um lápis para escreverem suas histórias de vida (20 minutos).

**Diálogo das histórias de vida em dupla (10 minutos):** depois que todos tiverem escrito suas histórias de vida, devem partilhar as histórias em duplas.

**Convite:** convido vocês a compartilharem suas histórias de vida com o colega. Caso sintam a necessidade de não partilhar alguma parte da história, pode selecionar.

**Diálogo das histórias de vida em quatro ou cinco pessoas (20 minutos):** nesta parte, os estudantes vão unir suas histórias de vida e construir uma só.

**Convite:** convido vocês a identificarem pontos semelhantes em suas histórias de vida e elaborarem uma peça de teatro (ou apresentação) para contar essa história.

Nesse momento, o facilitador deve explicar o que é a metodologia de história de vida e como ela é aplicada na etnobiologia.

**Diálogo coletivo (20 minutos):** cada grupo vai apresentar o teatro da sua história de vida coletiva e, posteriormente, explicar quais pontos eles identificaram de semelhantes nas histórias de vida.

**Fechamento da aula:** sentados em círculo, cada um deve olhar nos olhos do colega ao lado e dizer uma palavra que invoque sua ancestralidade. Após isso, os estudantes são convidados a se abraçarem, no encerramento da aula.

O plano de aula, aqui proposto, pode ser replicado, com as comunidades, em atividades que envolvam o resgate da ancestralidade como ponto de partida para as ações pedagógicas. É importante frisar o papel dos mais velhos nessas atividades. Ainda que, nesse plano de aula, a figura dos mestres griôs, pessoas mais velhas detentoras de conhecimento tradicional, não esteja presente, ela pode ser inserida no lugar do professor, fazendo com que este seja apenas o intermediador da aula proposta.

Nessa proposta de reformulação do ensino em etno-biologia, utilizando a Pedagogia Griô, os estudantes passam a entender e valorizar a ancestralidade e a história oral como pilares para o entendimento das relações homem-natureza, reconhecendo, assim, a importância dos povos e das comunidades tradicionais, na construção dos saberes e da sociedade.

## Referências

BÂ, A. H. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (Coord.). **Metodologia e pré-história da África**: história geral da África. Brasília, DF: Unesco, 2010. v. 1. p. 174.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007. Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e

Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2003.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). **Os saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001. (Ministério do Meio Ambiente. Biodiversidade, 4).

GAULEJAC, V. de. Histórias de vida e escolhas teóricas. In: LES CACHIERES du Laboratoire de Changement Social. Paris: Université de Paris, 1996. p. 32-45.

LIMA, M. A. de; COSTA, A. C. F. de. Dos griots aos Griôs: a importância da oralidade para as tradições de matrizes africanas e indígenas no Brasil. **Revista Diversitas**, n. 3, p. 216-245, 2016.

PACHECO, L. **Pedagogia Griô: a reinvenção da roda da vida**. 2. ed. 2006.

PACHECO, L. Pedagogia Griô: educação, tradição oral e política da diversidade. **Revista Diversitas**, n. 3, p. 22-99, 2016.

POSEY, D. A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (kayapó). In: RIBEIRO, R. G. (Coord.). **Suma etnológica brasileira: etnobiologia**. Rio de Janeiro: Vozes: Finep, 1987. p. 173-188.

RIBEIRO, B. G. **O índio na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1987.

SILVA, J. de S. **A construção social da convivência com o semiárido brasileiro: experimento metodológico para a construção coletiva de Projetos de Vida Comunitários**. Campina Grande: Núcleo de Agroecologia da Embrapa Algodão, 2018.

SILVA, J. de S. La pedagogía de la felicidad en una educación para la vida: el paradigma del 'Buen Vivir'/'Vivir Bien' y la construcción del 'día después del desarrollo'. In: WALSH, C. (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Aby-Yala, 2013. Tomo I. 553 p.